

## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 27/2026

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2026.

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Hermínio Marques Cardoso Júnior	CPF/CNPJ: 040.246.676-45
Endereço: Rua José Severino de Souza, nº 120	Bairro: Sewa
Município: Araguari	UF: MG
Telefone: (34) 9-8883-7343	E-mail: gabriel-bcosta@hotmail.com
	CEP: 38.442-237

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( X ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:
	CEP:

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Bocaina	Área Total (ha): 20,14
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 20.655	Município/UF: Araguari/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3103504-7FCD.647B.D4FA.42CD.875D.9AFD.326D.D094	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	9,7932	hectares
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	78 árvores - 5,3081 ha	unidade/hectares

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	9,7932	hectares	22k	792.086	7.950.570
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	78 árvores - 5,3081 ha	unidade/hectares			

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	Área útil	15,1013

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Bioma Cerrado	cerrado	supressão de vegetação - UAS e corte de árvores isoladas	15,1013

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha Nativa	lenha	460,80	m³
Madeira Nativa	madeira	51,20	m³

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 03/02/2026

Data da vistoria: 03/02/2026

Data de solicitação de informações complementares: *[se for o caso]*

Data do recebimento de informações complementares: *[se for o caso]*

Data de emissão do parecer técnico: 03/02/2026

## 2. OBJETIVO

O Sr. Hermínio Marques Cardoso Júnior é proprietário do imóvel Fazenda Bocaina, matrícula nº 20.655, solicita a supressão de vegetação nativa em uma área de 9,7932 ha e o corte de 78 (setenta e oito) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 5,3081 ha, para a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 15,1013 ha. O empreendimento é não passível de licenciamento por não se enquadrar nos parâmetros mínimos da DN COPAM 217/2017.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O Sr. Hermínio Marques Cardoso Júnior é proprietário do imóvel objeto de análise, solicita a supressão de vegetação nativa em uma área de 9,7932 ha e o corte de 78 (setenta e oito) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 5,3081 ha, para a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 15,1013 ha, localizada na zona rural do município de Araguari - MG. A intervenção está inserida no Bioma Cerrado, com fitofisionomia de cerrado. Coordenadas geográficas da UTM 22K X 792.086 e Y 7.950.570.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3103504-7FCD.647B.D4FA.42CD.875D.9AFD.326D.D094

- Área total: 20,1433 ha

- Área de reserva legal: 4,1057 ha

- Área de preservação permanente: 0,00 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 4,8778 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: ha

( ) A área está em recuperação: ha

( ) A área deverá ser recuperada: ha

- Formalização da reserva legal:

( X ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: Matrícula 20.655 do CRI de Araguari - MG.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01 fragmento

- Parecer sobre o CAR:

A localização e a composição das áreas de Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

## 4. Intervenção ambiental requerida

As intervenções requeridas são uma supressão de vegetação nativa em uma área de 9,7932 ha e o corte de 78 (setenta e oito) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 5,3081 ha, para a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 15,1013 ha, localizada na zona rural do município de Araguari - MG.

Taxa de Expediente: R\$ 752,69 - 27/01/2026

Taxa de Expediente: R\$ 810,59 - 09/01/2026

Taxa Florestal Lenha e Madeira: R\$ 6.506,92 - 09/01/2026

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23140990 - UAS e 23140991 - CAI

**4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade natural: Média
- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Fora de área prioritária.
- Unidade de conservação: não
- Áreas indígenas ou quilombolas: não
- Outras restrições: Não se aplica

**4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.
- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.
- Classe do empreendimento: 1
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: Não passível de licenciamento
- Número do documento: Certificado não passível de licenciamento por não se enquadrar nos parâmetros mínimos da DN COPAM 217/2017.

**4.3 Vistoria realizada:**

A vistoria foi realizada no dia 03/02/2026 de forma remota. O proprietário solicita uma supressão de vegetação nativa em uma área de 9,7932 ha e o corte de 78 (setenta e oito) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 5,3081 ha, para a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 15,1013 ha. Pelas imagens pudemos observar que as áreas de supressão tratam-se de fragmentos remanescentes e em área comum. Em relação ao corte de árvores isoladas as mesmas estão em áreas de pastagens antropizadas e estão atrapalhando a mecanização, sendo que essas áreas necessitam de tratos culturais adequados.

O empreendimento em questão, de acordo com o IDE – SISEMA, está dentro do Bioma Cerrado, sendo constituído pela fitofisionomia de cerrado. Para a determinação da volumetria foi utilizada como parâmetro a tabela base do Decreto 47.580/2018, artigo 26, Inciso IV, sendo considerado o volume médio de 30,67 m<sup>3</sup>/ha, pois como a supressão é inferior a 10 ha, não há a obrigatoriedade de apresentar inventário florestal.

Vale ressaltar que as áreas de reserva legal existentes dentro do imóvel encontram-se devidamente delimitadas e preservadas.

O material lenhoso estimado das intervenções solicitadas é de 460,80 m<sup>3</sup> de lenha nativa e 51,20 m<sup>3</sup> de madeira nativa, sendo destinados parte para ser usado dentro da propriedade, parte comercialização e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

**4.3.1 Características físicas:**

- Topografia: A área em estudo apresenta-se com relevo predominantemente plano e levemente ondulado com declividade variando de 0 a 5%.
- Solo: O Imóvel possui solo do tipo Latossolo Vermelho com textura argilo-arenosa.
- Hidrografia: O imóvel não dispõe de curso d'água, mas está localizado na bacia do rio Paranaíba que pertence a bacia federal do rio Paraná.

**4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: a propriedade está inserida no Bioma Cerrado com fitofisionomia de cerrado, sendo que para a determinação da volumetria foi utilizado como parâmetro a tabela base do Decreto 47.580/2018, artigo 26, Inciso IV, sendo considerado o volume médio de 30,67 m<sup>3</sup>/ha. Já para o corte de árvores isoladas foi utilizado o censo florestal 100%.
- Fauna: A biodiversidade de fauna inserida na área de estudo apresenta boa diversidade ecológica, sendo observados principalmente animais de pequeno e médio porte típicos da região.

**4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Não se aplica

**5. ANÁLISE TÉCNICA**

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria remota e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para as intervenções requeridas, devido a necessidade de implantação de novas áreas de culturas anuais e dos devidos tratamentos culturais necessários para enriquecimento do solo.

Para a área de supressão o Decreto 47.580/2018, artigo 26. Inciso IV traz estimativas de rendimento para fitofisionomias florestais de vegetação nativa, sendo assim foram consideradas no rendimento lenhoso das áreas de supressão, ressalta-se que essas áreas de supressão são fragmentos remanescentes e em área comum, sendo que foi apresentado os estudos de flora e fauna (132016297) realizados pelo Biólogo Fernando Aparecido Silva do Nascimento.

Já para o corte de árvores isoladas foi utilizado o censo florestal 100%, conforme descrito nos estudos e no PIA apresentado - 132016294. Tanto na estimativa de volume da área de supressão quanto no censo florestal não foram encontradas espécies protegidas por legislação específica e nem em extinção, considerando a Portaria Ibama nº 148/2022, porém caso sejam identificadas não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas.

Apresentar relatório de fauna e programa de afugentamento, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF, com prazo de um mês após a supressão.

O material lenhoso estimado das intervenções solicitadas é de 460,80 m³ de lenha nativa e 51,20 m³ de madeira nativa, sendo destinados parte para ser usado dentro da propriedade, parte comercialização e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais decorrentes das intervenções requeridas, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos. Optar sempre que possível pelo controle biológico, evitando ao máximo a contaminação do solo com defensivos químicos. As áreas remanescentes de vegetação não deverão ser exploradas sem a prévia autorização do órgão ambiental competente.

#### Exemplo de medidas mitigadoras:

- Implantar curvas de nível e controle de processos erosivos
- Manter proteção das áreas de preservação (APP e Reserva Legal) existentes.
- Executar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Manter e preservar espécies protegidas por Lei e em extinção caso sejam identificadas dentro das áreas.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pela empreendedora **Hermínio Marques Cardoso Júnior** conforme consta nos autos, para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 9,7932ha e corte de 78 (setenta e oito) árvores isoladas nativa vivas em uma área de 5,3081ha, no empreendimento Fazenda Bocaina localizada no município de Araguari/MG, conforme matrícula nº. 20.655 do CRI da Comarca de Araguari/MG.

2 – A propriedade possui área total de 20,14ha, e possui reserva legal preservada, proposta e informada no CAR, dentro do imóvel. A localização e a composição das áreas de Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

Foi apresentado o protocolo de cadastro do projeto no sinaflor 23140990 - UAS e 23140991 – CAI.

3 – As intervenções tem por finalidade a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 15,1013 ha, localizada na zona rural do município de Araguari - MG.

4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadram-se como não passível de licenciamento ambiental, para as atividades de “Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura”, conforme informado no requerimento de intervenção ambiental anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrícula do imóvel, PIA, mapa, CAR, taxas e respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

### II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 9,7932ha e corte de 78 (setenta e oito) árvores isoladas nativa vivas em uma área de 5,3081ha, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e muito baixa a baixa vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

A vistoria remota realizada em 03/02/2026 analisou o pedido de supressão de 9,7932 ha de vegetação nativa e o corte de 78 árvores isoladas em 5,3081 ha, totalizando 15,1013 ha de intervenção na Fazenda Bocaina, em Araguari-MG. As áreas de supressão correspondem a fragmentos remanescentes em área comum, enquanto as árvores isoladas estão em pastagens antropizadas que dificultam a mecanização agrícola. O empreendimento está inserido no Bioma Cerrado e, conforme o Decreto 47.580/2018, foi adotado o volume médio de 30,67 m³/ha para cálculo da volumetria, não sendo exigido inventário florestal por se tratar de supressão inferior a 10 ha. As reservas legais do imóvel encontram-se devidamente delimitadas e preservadas.

Os estudos apresentados, incluindo flora e fauna, não identificaram espécies protegidas ou ameaçadas de extinção, em conformidade com a Portaria Ibama nº 148/2022. O material lenhoso estimado é de 460,80 m³ de lenha nativa e 51,20 m³ de madeira nativa, com destinação para uso interno, comercialização e incorporação ao solo, conforme o Decreto 47.749/2019. Foi estabelecida a obrigação de apresentar relatório de fauna e programa de afugentamento em até um mês após a supressão. Diante da análise técnica e da legislação vigente, concluiu-se pelo deferimento total do requerimento de intervenção, considerando a necessidade de implantação de novas áreas de culturas anuais e a melhoria da mecanização agrícola.

7 - Considerando que trata-se de requerimento de supressão inferior a 50ha será condicionado no parecer a apresentação do relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.

8 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

9 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

### III) Conclusão:

10 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 9,7932ha e corte de 78 (setenta e oito) árvores isoladas nativa vivas em uma área de 5,3081ha, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

#### Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca e corte de árvores isoladas nativa vivas, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

### 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de supressão de vegetação nativa em uma área de 9,7932 ha e o corte de 78 (setenta e oito) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 5,3081 ha, para a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 15,1013 ha, localizada na Fazenda Bocaina, matrícula 20.655, zona rural do município de Araguari - MG.

O material lenhoso estimado das intervenções solicitadas é de 460,80 m³ de lenha nativa e 51,20 m³ de madeira nativa, sendo destinados parte para ser usado dentro da propriedade, parte comercialização e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

### 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

#### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

### 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

*Taxa de Reposição Florestal - R\$ 17.786,57 - 04/02/2026*

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- ( ☒ ) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal  
(. ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas  
(. ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

#### 10. CONDICIONANTES

Apresentar relatório de fauna e programa de afugentamento, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF, 60 dias após a supressão.

*No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.***

*No SINAFLO, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo "Medidas Compensatórias" a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.*

#### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório de fauna e programa de afugentamento, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF	60 dias após a supressão.

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

água

( ) COPAM / URC ( ☒ ) SUPERVISÃO REGIONAL

#### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Ignácio Jorge Nasser**  
MASP: **1.198.192-5**

#### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: **Luiz Alberto de Freitas Filho**  
MASP: **1.364.254-1**



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor**, em 04/02/2026, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ignácio Jorge Nasser, Servidor**, em 04/02/2026, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **132513821** e o código CRC **2E3B8630**.